



2002: o ano que o movimento operário e popular venezuelano mostrou para o mundo como se faz a própria história

Wanderson Oliveira Coelho¹

Resumo

Este artigo lança luz sobre período rico na história do movimento popular e operário venezuelano entre os anos de 2001 e 2003. Neste lapso, ocorreram três sangrentas tentativas de golpes contra o governo de Chávez, uma delas com apoio direto dos EUA. No entanto, todas foram derrotadas pela luta aguerrida das massas. O objetivo aqui é, por um lado, resgatar a consciência histórica desse movimento, que protagonizou o maior feito de caráter revolucionário do século XXI; por outro, elucidar o papel de Chávez e do movimento bolivariano na contrarrevolução, inclusive, as repercussões nos dias atuais. Para subsidiar essa discussão, utilizamos pesquisa bibliográfica de estudiosos da temática, principalmente, a obra *A face oculta da Venezuela: do controle operário da produção à hegemonia de Chávez*. Ademais, o materialismo histórico-dialético norteia as argumentações aqui apresentadas.

Palavras chave: Venezuela, Movimento popular e operário, Controle operário, Chávez, Contrarrevolução.

2002: el año que el movimiento obrero y popular venezolano mostró para el mundo cómo se hace la propia historia

Resumen

Este artículo arroja luz sobre el rico período en la historia del movimiento popular y de trabajo de Venezuela entre 2001 y 2003. Durante ese tiempo hubo tres intentos de golpe sangrientos contra el gobierno de Chávez, uno de ellos con apoyo directo de EEUU. Sin embargo, todos ellos fueron derrotados por la lucha de las masas. El objetivo aquí es, por un lado, rescatar la conciencia histórica de ese movimiento, que realizó el mayor evento revolucionario del siglo XXI; por otro, para elucidar el papel de Chávez y del movimiento bolivariano en la contrarrevolución, incluyendo las repercusiones de los días actuales. Para subsidiar esta discusión, utilizamos investigación bibliográfica de estudiosos sobre el tema, principalmente, la obra *La cara oculta de Venezuela: del control obrero de la producción a la hegemonía de Chávez*. Además, el materialismo histórico-dialéctico orienta los argumentos presentados aquí.

Palabras-clave: Venezuela, Movimiento popular y trabajador, Control del operador Chávez, Contra-revolución.

2002: the year that the venezuelan popular and workers' movement showed the world how to make its own history

¹ Universidade Federal de Uberlândia.

Summary

This article sheds light on the rich period in the Venezuelan popular and workers' movement history between 2001 and 2003. In this lapse, occurred three bloody attempts a coup against the Chávez government, one with direct US support. However, all the attempts were defeated by the brave struggle of the masses. Our objective here is, on the one hand, to rescue the historical consciousness of this movement, which was the protagonist of the greatest revolutionary achievement of the 21st century; on the other, elucidate the role of Chávez and the bolivarian movement in the counterrevolution, including the repercussions in the present day. To support this discussion we used bibliographical research by scholars on the topic, mainly the work *The hidden face of Venezuela: from the workers' control of production to Chávez's hegemony*. Moreover, the historical-dialectical materialism guides the arguments presented here.

Key words: Venezuela, Popular movement and workers, Operator control, Chávez, Counter-revolution.

1 Das ditaduras sucessivas ao *Caracazo*

Durante a primeira metade do século XX, a Venezuela viveu sob ditaduras sucessivas. De 1899 a 1945, tem-se ditaduras bonapartistas, conhecidas ainda como hegemonia tachirense, devido ao fato de todos os generais que comandaram o país nesse período serem do estado de Táchira. De 1899 a 1908, o país foi governado pelo general Cipriano Castro, seguido pelo governo de seu vice, Juan Vicente Gómez, de quem sofrera um golpe. Este governou vitalicamente de 1908 a 1935 (ALCÁNTARA, 2004). Posteriormente, mais dois generais assumem a presidência: General José Eleazar López Contreras, de 1935 a 1941, que derrotou a heroica greve petroleira de 1936, e o General Isaías Medina Angarita, de 1941 a 1945. Durante esses governos, todos os governadores e prefeitos eram escolhidos pelo presidente, que, por sua vez, era indicado pelas Forças Armadas. Nesse período, marcado por instabilidade político-militar, dá-se o processo de centralização Estatal, unificação do país.

Desde 1941, inicia-se processo de abertura democrática, com a legalização de partidos, entre eles, Ação Democrática – AD, e das organizações dos trabalhadores. No entanto, devido ao já desgastado regime, bem como à divisão dentro das próprias Forças Armadas, esse processo é interrompido, em 1945, por um golpe civil-militar, encabeçado pelo AD juntamente com a União Militar Patriótica – UMP. Em 1946, dá-se a primeira eleição direta para Constituinte. Aprovada a Constituição de 1947, define-se as eleições democráticas, com voto direto, secreto e universal. Essa onda democrática é efêmera, mesmo porque se escorou nas velhas Forças Armadas – e da mesma tática – para estabelecer o novo regime. Assim, em 1948, tem-se novo golpe, agora militar exclusivamente, capitaneado por Marcos Pérez Jimé-

nez. Este governo criminaliza os partidos oponentes, mesmo os burgueses, e instaura uma ditadura das mais sanguinárias, principalmente, vitimando trabalhadores. Esse novo ciclo de hegemonia política da Forças Armadas se estende até 1958, quando se inicia o evento histórico conhecido como Acordo de *Punto Fijo* (DAMASCENO, 2015).

Esse processo de instabilidade político-militar, por outro lado, é marcado pela solidificação da economia petrolífera. Para se ter uma ideia, em 1956, no governo de Pérez Jiménez, a renda *per capita* da Venezuela era uma das mais altas do mundo. No entanto, de forma contraproducente, dadas a colonização pelas transnacionais e a concentração da economia nas mãos do alto oficialato, as condições de miséria da população só aumentavam, o que vinha há anos, como se verificará, sendo canalizado politicamente nas massas.

Com a ascensão significativa protagonizada por operários, camponeses, classe média e oposição de setores burgueses descontentes, Jiménez fica sem sustentabilidade e cai, em 1958. Nisso, a ditadura é sucedida pelo Acordo de *Punto Fijo* – nome da fazenda, no estado de Falcón, onde se davam os encontros e posterior assinatura da ata do acordo do governo democrático de coalizão –. Desse acordo participaram três partidos burgueses, AD – Ação Democrática, COPEI – Partido Social Cristão, URD – União Republicana Democrática. Tal compromisso estabelecia que haveria alternância no cargo de presidente governo entre esses partidos. Assim, não haveria mais golpes, respeitando-se os resultados eleitorais, sendo certo que aos demais integrantes do pacto, que não eleitos, distribuir-se-ia ministérios. Logo após o acordo, o partido URD o abandonou, o que não inviabilizou o pacto, que continuou com AD e COPEI. Esses dois partidos governaram o país por quase 40 anos sem nenhum golpe militar. O primeiro presidente eleito sob esse regime foi Rômulo Betancourt, antiga liderança estudantil.

Estabeleceu-se ainda nesse acordo que a política econômica do país seria o petróleo, definindo-se o papel da burguesia nacional como sócia do capital internacional e das multinacionais. Embora sócia menor, isso foi suficiente para conformar essa burguesia, a quem também caberia a execução das políticas delineadas pelos sócios majoritários. Com isso, não se desenvolveu a indústria no país, ou se desenvolveu um setor muito rudimentar, como moinho de farinha, bebidas, extração de sal entre outras indústrias de baixa tecnologia. Excepcionalmente, *a posteriori*, desenvolveu-se a indústria de base de ferro e alumínio. No entanto, ficou somente nisso; não se introduziu tecnologia para produção de mercadorias a partir desses metais. No campo, com exceção da criação de gados em algumas regiões, também não houve política nem para a produção familiar, nem para a de grande escala; na cidade, não houve pla-

nejamento e desenvolvimento urbano que absorvesse a população em crescimento. Enfim, a burguesia, todo esse tempo, viveu da renda do petróleo e se satisfez com isso.

Isso é central para se entender o grau de dependência e crise do país hodiernamente. Esse modelo *rentista* é marcado pela alta concentração de renda (HERNÁNDEZ, 2006.). Ademais, tê-lo como prioridade inibiu a dinamização da economia e tornou a Venezuela refém do mercado e das grandes potências. Por conseguinte, a maioria da população continuou alijada das riquezas nacionais, sem condições mínimas de existência.

Nesse contexto, para piorar a situação, o movimento operário, disputado pelo Partido Comunista Venezuelano – PCV, que já atuava há muito, em grande medida, na clandestinidade, tornou-se poderosa força burocrática, um freio para os trabalhadores, inibindo mudanças efetivas na condição de trabalho e vida destes. Isso porque a orientação que vinha de Moscou era que, nesses países pobres, o movimento operário deveria primeiro apoiar a revolução burguesa e, somente após efetivação desse feito, poderia se pensar em revolução socialista; a revolução burguesa seria condição *sine qua non* para a revolução socialista. Com isso, não se deu direção de luta independente da classe operária do país; os petroleiros, categoria de peso, por exemplo, compunham a Central de Trabalhadores Venezuelanos - CTV, que estava nas mãos das burocracias dos partidos AD e COPEI.

Nos anos de 1960 e 70, embora também tivessem movimentos com influência do *foquismo* de Che Guevara, nenhuma mudança se concretizou na vida da classe trabalhadora e dos setores populares venezuelanos, assolados por grande miséria. Algumas lutas foram ensaiadas a partir da formação de grupos guerrilheiros armados: o MIR – *Movimiento de Izquierda Revolucionária*, de antigas rupturas do PCV, e o próprio PCV, e suas fracassadas guerrilhas. No entanto, a derrota política dos grupos guerrilheiros – que sucedeu a derrota militar – veio a ser sacramentada no chamado acordo de *Política de Pacificación*, no mandato do presidente Rafael Caldeira (1969-1974).

Como se vê, *Punto Fijo* foi um acordo que trouxe estabilidade política interburguesa, sem a necessidade de ditadura militar. Isso é uma peculiaridade da Venezuela, tendo em vista que a maioria dos países da América Latina, nos anos de 1960 e 70, enfrentavam terríveis ditaduras. Entretanto, o pacto dava continuidade à subjugação dos trabalhadores e pobres; implementava as políticas do FMI, que drenavam toda a riqueza e impunham à Venezuela modelo de desenvolvimento altamente dependente e parasitário.

Esta dura realidade: alta inflação, que corroía salários; o esvaziamento de prateleiras nos supermercados – comerciantes, para obter mais lucro, escondiam suas mercadorias e aguardavam a subida de preços para disponibilizarem-nas novamente –; alto preço das passa-

gens de transporte público; falta de serviços públicos, como escolas e acesso a hospitais; desmandos das polícias e Forças Armadas, que esfolavam ainda a população, desapareciam com os rebeldes; tudo isso levou a população a explodir em enormes manifestações, ações de rebeldia, enfrentamentos com os destacamentos militares armados, saques a supermercados e a lojas do país, bem como à ocupação e à depredação de instituições do regime. Esse evento histórico ficou conhecido como *Caracazo*.

O *Caracazo* foi um movimento popular espontâneo, que iniciou nos arredores de Caracas², capital do país, dia 27 fevereiro de 1989, e estendeu-se por cerca de uma semana. Cansados de tanto esperar promessas de que a vida melhoraria, mas sempre no futuro incerto, sendo que a realidade sempre era de muita opressão, exploração e miséria, setores populares se rebelam e agem. O estopim foi o anúncio que, a partir daquele dia, uma segunda-feira, os ônibus dobrariam o preço da passagem, sob a justificativa que a gasolina havia também subido – em verdade, tudo havia subido, menos o poder aquisitivo dos trabalhadores –. Na madrugada desse dia, em Guarenas, cidade dormitório de Caracas, trabalhadores e estudantes que se dirigiam à capital, itinerário cotidiano, não aceitaram pagar as passagens majoradas e iniciaram uma revolta nos locais de transportes e terminais. No terminal de transporte de Caracas, também se dá início à pequena manifestação estudantil. Populares, sabendo desses acontecimentos, aderem ao protesto e iniciam o quebra-quebra na capital, dando corpo ao efeito dominó: o movimento atingiu todo país. De norte a sul, leste a oeste, a população começou a quebrar e saquear os supermercados e estabelecimentos comerciais em geral. Era gente correndo com lata de óleo, farinha, arroz, peças inteiras de carnes, eletrodomésticos, móveis, etc.

A polícia militar reprimia com violência, executava sumariamente os saqueadores. Isso, ao invés de intimidar, colocou mais lenha na fogueira, e a população passou a enfrentar também os militares. O presidente do país, Carlos Andrés Pérez, do *Pacto do Punto Fijo*, estava em Barquisimeto, cerca de 360 quilômetros de Caracas. Quando regressou, já na noite do dia 27, percebeu, desde do avião, a capital literalmente em chamas e muita fumaça. Só aí teve a real dimensão dos fatos e ordenou que o exército assumisse o controle e reprimisse ainda mais duramente o movimento. Depois disso, o que se viu foi banho de sangue: a polícia e, principalmente, o exército dispararam 3 milhões de projéteis; mataram nada menos que 2 mil pessoas, em uma população de pouco mais de 20 milhões (COLMENAREZ, 1989).

Esse episódio quebrou o pouco que restava de ilusões com as instituições do Estado burguês venezuelano; embora a população tenha sido derrotada militarmente, os partidos AD

² Por isso o nome Caracazo, em referência à Caracas, acrescida do sufixo aumentativo “azo”.

e COPEI, principais partidos burgueses do país, perderam suas bases sociais. O *Pacto do Punto Fijo* havia vindo abaixo; ainda que seriam mais 10 anos sem definições, nada seria como antes na Venezuela.

2 A chegada de Chávez ao poder: oportunidade histórica que não deixou passar

É neste contexto de repulsa ao velho que o novo se apresenta; o novo, nesse contexto, seria qualquer movimento político que expressasse ruptura com o que estava posto, que não fosse identificado com os quadros e as propostas políticas dos partidos AD e COPEI; que apresentasse propostas efetivas para a falta de moradia, emprego, violência, baixo poder aquisitivo do salário, etc.

O primeiro movimento político que trouxe esperança nesses termos à população foi o *La Causa Radical* – LCR, liderado por Andrés Velásquez. Essa organização sindical obtém significativo apoio operário e popular quando da sua eleição, em 1979, para presidência do *Sindicato Unico de Trabajadores de la Industria Siderurgica y Similares* – SUTISS, na cidade de Guayana. Juntamente com outras direções, como Pablo Medina, Jose Lira e Lucas Mathews, consegue expandir o movimento popular na zona de Catia Mayor, região de Caracas muito populosa. Com isso, o LCR começa a ser visto como a nova direção política para o país, e Andrés Velásquez é eleito governador do estado de Bolívar em 1989.

Em 1993, Velásquez disputa a presidência da república contra Rafael Caldera, antigo político venezuelano. Este, percebendo o desgaste dos partidos AD e COPEI, fundara uma agremiação política chamada *Convergencia Democratica* para disputar as eleições presidenciais e se apresentar também como algo novo. No entanto, será Caldera beneficiado com fraude eleitoral (MAYA, 2005), que visou desvirtuar a vitória de Andrés Velásquez. Este perdeu uma oportunidade histórica ao não lutar consequentemente pelo poder, como o fará Chávez em 1998; Velásquez aceita o golpe, o que esmorece o apoio popular e operário que tinha até então.

Como não há vácuo no poder, o movimento denominado *Bolivariano*, e, posteriormente, *Movimento V (quinta) República* – MVR, encabeçado pelo coronel Hugo Chávez, canaliza para si o sentimento de mudanças do país. Essa mudança distorcida é tentada primeiro em 1992, quando o coronel tenta um golpe e, sem sucesso, vai preso. Entre idas e vindas, em dezembro de 1998, com organização política fora dos tradicionais partidos, disputa as eleições do país e ganha. No entanto, como a democracia só é válida quando se está ganhando, os partidos tradicionais e a elite do país não lhe permitiam tomar posse. Assim como ocorrera com

Velásquez, os políticos tradicionais já tinham manobrado os resultados, e, embora patente fraude, o Tribunal Eleitoral não queria reconhecer a vitória de Chávez nas urnas.

Nesse período, o país já vivia cenário de intensa luta de classes; a própria vitória de Chávez já era efeito do descontentamento popular. Após muita resistência, Chávez assume em 1999, depois de uma série de vai e vem e o perigo iminente de uma convulsão social, caso ele incitasse mobilização no país, o que estava disposto a fazer.

Devido ao enfrentamento circunstancial a esse grupo político, que há anos dominava a política na Venezuela, isso será determinante para a popularidade do presidente. Diante dos desdobramentos inimagináveis para o fenômeno chavista/bolivariano, a partir de então, é possível conjecturar que se, em 1993, Velásquez tivesse feito o que fez o MVR e assumido, implementado algumas medidas que a população desejava, o chavismo teria passado ao largo da história, ou, no máximo, seria coadjuvante. Isso porque as determinantes sociais estavam postas, vindo esses grupos tão somente a canalizar, e em grande medida desviar, a força política popular e operária arraigada. Assim, em certo sentido, Chávez contou com um pouco de sorte e sua determinação atraiu outros setores, que passaram a identificá-lo como o homem forte que o país necessitava.

Chávez, após assumir, fica até 2001 entre negociações e disputas com a burguesia tradicional; esta, mesmo o tendo repudiado, como visto, exige segurança para seus negócios nos moldes dos 40 anos anteriores; ela ainda não percebera a mudança na correlação de forças entre as classes desde o pós-*Caracazo*.

Isso causa um embaraço à Chávez, pois tinha ele consciência de que fora posto ali, a contragosto da burguesia, pelos trabalhadores e pobres. Assim, sabia que se fizesse do modo como se exigia, a mesma massa que o havia colocado no poder, o derrubaria. No entanto, fez ele muito esforço para unificar com a elite venezuelana, tentou acordo até com banqueiros, mas não teve êxito. Diante da queda de braço, chega então a burguesia à conclusão que o melhor seria retirar Chávez do poder. O evento que se desenrola nesse período é pouco mostrado na literatura: em dezembro de 2001, a burguesia faz o primeiro ensaio de derrubada do presidente, contudo, não tem sucesso. No entanto, Chávez comete um erro que lhe custará mais adiante: ele não faz nenhuma represália aos broto-golpistas, que voltarão com toda força em abril de 2002 (DAMASCENO, 2015).

3 Golpe de abril de 2002 e a resposta popular

Em 11 de abril de 2002, com as forças burguesas muito mais sólidas, dá-se o golpe civil-militar, prendendo Chávez na ilha de Orchila. Para isso, juntam-se a *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* – Fedecámara, que é central sindical patronal, dirigida por Pedro Francisco Carmona Estanga; a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* – CTV, principal central sindical operária do país, totalmente burocratizada, dirigida por Carlos Ortega a Igreja Católica; o Bispo Luis Carlos Ugalde; a CIA, por intermédio da Embaixada dos EUA na Venezuela; os principais meios de comunicação, como a Globovisión, e os principais comandantes militares da Venezuela.

O pretexto para o golpe foram os cerca de 19 assassinatos de manifestantes na marcha *Por la Libertad*, que era conduzida pela direita. No entanto, foram os próprios golpistas quem contrataram mercenários franco-atiradores; infiltrados em prédios aos arredores do Palácio Miraflores, onde se concentrava a marcha, mataram os manifestantes. Os meios de comunicação, usando montagens das cenas do conflito, noticiavam que eram os chavistas, a partir da ponte de Laguno, que atacavam a manifestação pacífica chamada pela oposição e causaram toda aquela matança³. Com isso, justificou-se a ação posterior dos militares golpistas e da polícia de Caracas; Chávez, com toda essa pressão, concordou em ser removido do palácio e ser feito prisioneiro. Com a derrubada dele, Pedro Carmona assume, lançando imediatamente um Decreto presidencial, que retirava todas as garantias civis e fechava a Câmara dos Deputados.

O que os golpistas não esperavam é que a população já estaria tão calejada dessas traças, e mais, fosse tão disposta a enfrentar o golpe com a bravura que faltou a Chávez. Isso é um marco na história da América Latina, onde a hegemonia política internacional já era *expert* em se utilizar mesmo dos partidos comunistas para conter as situações revolucionárias que ganhavam corpo. Dessa vez, os órgãos de inteligência norte-americanos se enganaram, pois, desde as primeiras horas até as próximas 48 horas seguintes, os tiroteios, que não silenciaram um instante, não foram suficientes para conter as manifestações. Ao contrário, aquela violência causava ainda mais revolta, as ruas foram tomadas.

As populações das favelas de Caracas, como Petare e Catia Mayor e bairro 23 de Enero, desceram de seus morros, trancaram as avenidas, enfrentavam-se com os corpos policiais. Os movimentos populares, círculos bolivarianos, entre outros, partiam em arremetidas contra as polícias e as tropas golpistas. Militares rasos e oficiais de baixa patente roubavam as armas

³ Vide documentário *La revolución no será televisionada*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MTui69j4XvQ>. Acesso em: 04 de mar. 2019.

dos quartéis e se juntavam aos populares; a massa resistia heroicamente. Enquanto isso, o primeiro escalão do governo Chávez partia em debandada. O próprio Nicolas Maduro, que à época era deputado, fazia apelo de “não resistir para preservar o ‘movimento’”. Por outra banda, muitos militares e políticos do primeiro escalão passaram para o lado golpista, como o caso do governador do estado de Bolívar Francisco Rangel Gomez, que apoiou a posse de Carmona. – Fato curioso, que muito revela sobre as relações de Chávez, é que, depois do movimento de massas derrubar Carmona, Rangel se reconcilia com Chávez, é perdoado.

A situação foi tomando tal proporção que, dia 13 de abril, no momento em que se daria a posse dos novos ministros pelo novo governo de Pedro Carmona, o tiroteio aos arredores de Miraflores era tão intenso que muitos convidados não conseguiram chegar à posse (COLMENAREZ, 2008 *apud* DAMASCENO, 2015). O quadro era que as forças golpistas não estavam conseguindo manter a área do palácio protegida; as massas, com duras escaramuças, iam se aproximando, quadra a quadra, prédio a prédio até chegarem às portas do palácio de Miraflores: era uma multidão chamando Chávez a retornar ao poder. No interior do país, a resistência também ia crescendo; em Ciudad Guayana, polo siderúrgico do país, os trabalhadores se mobilizavam, tomaram as armas das guarnições que lá existiam e, em suas assembleias de 5 mil operários, preparavam-se para enviar um destacamento armado de operários à capital para lutar, de armas em punho, pelo retorno do presidente. Outras unidades militares se rebelaram; a mais conhecida foi a do comandante Baduel, em Maracay, onde uma multidão de cerca de 50 mil pessoas cercou o quartel, principal região militar do país. Neste episódio, os manifestantes exigiram que o comandante fosse resistir ao golpe ou entregasse imediatamente as armas à população, que iria, ela própria, se fosse o caso, acertar as contas com os golpistas em Caracas.

O país estava em fogo; aquele fogo que forja as mudanças e derrota os algozes da classe explorada; a própria dita “Revolução Bolivariana” estava correndo o risco de ficar para trás, e outro movimento, espontâneo, efetivamente disposto a implementar as mudanças estava germinando naquelas poucas horas; mais uma vez a rebeldia popular e operária fazia história naquele país.

Diante desse peso inesperado de resistência popular e operária, não restou aos golpistas outra opção a não ser recuar e aceitar o regresso de Chávez, sob o risco de enfrentar diretamente outro movimento mais duro ainda, que não desse espaço a negociações – essa foi a grande missão de Chávez –. Nessa conjuntura, Pedro Carmona, literalmente, foge do Palácio Miraflores por uma saída secundária, e o palácio é ocupado pelos membros mais abnegados da resistência. São presos os aliados de Carmona que estavam naquele momento para tomar

posse de seus respectivos cargos. Assim, o golpe civil-militar não durou cerca de 48 horas, e Chávez é reconduzido ao cargo de Presidente do país ovacionado pela população em fúria.

4 O *lockout* petrolero

Com a volta de Chávez ao governo, as manifestações populares não cessaram; a população pedia a cabeça dos golpistas. Assim, exigia-se um julgamento efetivo contra os militares e civis que organizaram o golpe. Porém, na deliberação de reconciliar com os golpistas e, claro, com o setor da burguesia patrocinadora deste evento, Chávez fez de tudo para não condenar os mesmos; um a um (almirantes Héctor Ramirez, Daniel Comiso e Carlos Molina; general Pedro Pereira e o coronel Isidro Pérez), todos vão sendo absolvidos pelos seus crimes, mesmo comprovada matança. O próprio Pedro Carmona é um caso emblemático: em julgamento absurdo, é-lhe determinado prisão domiciliar; um mês após o golpe, fazendo sua caminhada matinal, consegue “despistar” os agentes de segurança e foge para embaixada da Colômbia. De lá, recebe salvo conduto de Chávez e sai da Venezuela.

Como se não bastasse a impunidade dos algozes, Chávez reprime duramente a população, que explodia em manifestações nas ruas, também cobrando justiça; afinal, não se tratava apenas de confabuladores que derrubaram o presidente eleito, mas dos assassinos de centenas de pessoas. Toda aquela sangria ficou impune, e, mais uma vez, o próprio Chávez deu novo fôlego aos golpistas.

Diante da abstenção em julgar os golpistas, estes recompõem as forças e vão tentar outra vez derrubar Chávez, em dezembro de 2002, naquilo que ficou conhecido como *Paro Petrolero* ou *lockout*. Agora a PDVSA – *Petroleo da Venezuela S.A.* – é o centro da confabulação, e não diretamente as Forças Armadas, uma vez que essa empresa é o principal expediente econômico do país, e os militares haviam se desgastado com o golpe frustrado de 11 abril daquele ano. Assim, outros setores da tradicional burguesia venezuelana e seus colaboradores tomam a dianteira da nova tentativa.

O plano foi elaborado com o objetivo de asfixiar a economia, por meio da interrupção da produção do petróleo, principal fonte econômica do país. A velha direção da PDVSA era composta por engenheiros e espertos do petróleo que possuíam seus vínculos com os antigos dirigentes dos partidos AD e COPEI. Para interromper a extração, circulação, e refino do petróleo, a alta gerência colocou a produção em alta durante os meses que antecederam dezembro, conseguindo encher todos os reservatórios de petróleo cru e de produtos industrializados, como o óleo diesel e a gasolina, o que entre outros aspectos, afastava a desconfiança do *paro*.

Feito isso, de uma hora para outra, abandonaram seus postos de trabalho, depois de sabotarem, desligarem equipamentos e máquinas, além de sumirem com os códigos necessários para o funcionamento eletrônico da empresa e mandarem seus subordinados voltarem para suas casas. A chave era a completa automação da PDVSA, controlada pelos golpistas; eles fiaram no monopólio do controle tecnológico que detinham. Para fazer a prospecção do petróleo *in natura*, os tanques devem ter capacidade de receber o petróleo cru, mas, naquele momento, estavam cheios, e o bombeamento, prospecção, distribuição, tudo era automatizado. Em efeito cascata, não se podia baixar o nível dos tanques, os navios petroleiros haviam parado de carregar; não se podia refinar gasolina, também não tinha onde estocar, a gasolina que estava nos tanques não podia ser retirada, não tinha como carregar os pipas com a gasolina ou diesel, além do que os veículos de transporte também haviam desaparecido. Desse modo, tudo parou. Mas mal sabiam os articuladores do *paro* que por pouco tempo!...

5 Mais resistência operária e popular

O país estava parado, não havia como movimentar externamente a produção de petróleo, tampouco internamente se podia transportar mercadorias, pois nos postos de abastecimento não havia combustível. A produção industrial também parou; supermercados, estabelecimentos comerciais em geral; bancos, via suas organizações, ou quando não diretamente, alegavam incapacidade técnica para o funcionamento; paulatinamente, ia-se decretando adesão ao *lockout*. Faltava de tudo no país, produtos alimentícios, gás de cozinha...

Nesse quadro, a população pobre, parte organizada nos *Círculos Bolivarianos* – agrupamento de pessoas que se auto identificavam com o chavismo –, organizou intuitivamente uma resistência: primeiro, mantendo a calma, evitando os saques ou medidas individuais, fazendo sacrifícios, andando a pé, organizando comida coletiva para suprimir a falta de gás – chegou-se a retirar portas de madeira de casa e a própria cama para utilizar como lenha –, assumindo o controle de alguns estoques, procurando, de um modo ou outro, encontrar a solução. Nesse conjunto de ações, a unificação com o setor operário foi a mais potencial, que surtiu maior efeito.

5.1 Controle operário da produção: o maior protagonismo da classe trabalhadora no início do século XXI

Concomitante aos setores populares, setores operários procuravam uma solução para que o país voltasse a funcionar. Foi em Puerto La Cruz, especificamente, na refinaria dessa cidade, que um grupo de trabalhadores petroleiros organizados em uma corrente sindical chamada *La Jornada* deu início ao maior protagonismo da classe operária deste início de século XXI. Estes petroleiros, com apoio de *experts* populares, conseguiram modificar a programação eletrônica, passando a controlar a tecnologia, chave para a vitória do movimento. Concomitante a isso, em meio à disputa medonha com a gerência da empresa naquela localidade, conseguem desalojar os golpistas da empresa com o apoio desses setores populares organizados a partir dos *Círculos Bolivarianos* e também de um setor militar, que ofereceu apoio; com isso, conseguiram resguardar os limites da refinaria e do terminal de abastecimento de Guaraguao, de onde se abastecia os navios petroleiros.

Com essa ação, conseguiu-se ganhar a consciência de outra parcela significativa dos trabalhadores, que preferira parar, com medo da demissão ou mesmo de confrontos com os *Círculos Bolivarianos* – a burguesia, por meio da mídia, conseguiu tachar esses populares de vândalos e criminosos –. Com a adesão desse numeroso setor, acumulou-se forças para reiniciar a produção e distribuição de combustível. É então que estes petroleiros, apoiados por populares, em suas assembleias, vão discutindo os problemas que existiam para voltar a produção e as respectivas medidas para saná-los; elege-se, entre os próprios trabalhadores, aquele mais qualificado para cada área para substituir os engenheiros e outros chefes, que haviam debandado.

Formaram-se diversos mecanismos de controle operário da produção na refinaria de Puerto La Cruz. Um deles foi chamado de *Equipos de Coordinación Operacional* – ECOS. Esse grupo tinha como tarefa identificar os problemas e ativar as operações de cada setor. Era composto por: José Bodas e Héctor Rincón, responsáveis pela operação da refinaria; Enesto Salazar e Jesús Jiménez, pela manutenção; Guaraguao Eudis Giro, Pablo Urbano e Emiliano Urbano, pelo embarque e desembarque no porto, e entre outros responsáveis por demais áreas. Com isso, a refinaria, sob o controle dos trabalhadores, conseguiu embarcar petróleo *in natura*, refinar o produto, produzindo gasolina e diesel e, principalmente, levantar o sistema de carregamento das carretas e realizar a distribuição no país.

Outros mecanismos mais abrangentes se desenvolveram, como os Comitês Guia, junção de diversos setores que estavam desenvolvendo o controle operário. Esses Comitês eram responsáveis pela comunicação com outros movimentos que davam sustentação ao movimento maior, faziam chegar mercadorias necessárias à produção e à própria população. Isso foi fundamental, tendo em vista que a organização foi ganhando vida na prática, e os movimentos

foram construindo objetivo comum, unidade de ação. Com isso, a refinaria de Puerto La Cruz passa a abastecer, além de Anzoátegui, mais 5 estados: Sucre, Guárico, Monagas, Bolívar e Nueva Esparta. Além desses estados, os petroleiros fizeram chegar combustível no Forte Tiuna, importante quartel militar em Caracas, o que era estratégico, pois, naquele momento, esses militares estavam também contra o *lockout*. Essa produção abasteceu ainda, em certa medida, a capital. Tal ação neutralizou os golpistas, que aguardavam o caos e a revolta popular para iniciar o golpe armado.

Criou-se também instrumentos na Ciudad de Guayana, principal região siderúrgica do país; lá, os trabalhadores ocuparam as plantas e mantiveram um nível de produção com heroica luta para garantir o abastecimento de gás para os altos fornos de fundição, pois o gás vinha de outro estado, Anzoátegui. Os trabalhadores do complexo gasífero da cidade de Anaco, sob a ordem dos gerentes golpistas, cortaram o gasoduto fornecido desde Anzoátegui. No entanto, os operários da siderurgia de Guayana se armaram – em grande parte, com armas recolhidas da guarda nos eventos de 11 de abril de 2002 –, requisitaram frota de ônibus da cidade e foram em enorme comissão até a cidade de Anaco; após intensas negociações com os trabalhadores do complexo gasífero, gerentes e o prefeito da cidade, garantiram o envio do gás.

O controle operário e também popular se desenvolvia por diversos setores; populares organizados em comitês também passaram a ocupar empresas e a controlar os estoques, fazendo a distribuição dos gêneros à população. No mar, navios petroleiros de bandeira venezuelana em que seus comandantes se recusavam a transportar o produto, marinheiros, tripulantes tomavam o comando da embarcação. Dessa vez, a força operária e popular venezuelana deixou o maior ensinamento dos tempos contemporâneos para a classe trabalhadora mundial: os trabalhadores não nasceram para executar ordens, eles têm plena capacidade de controlar a produção!

6 O desmonte do controle operário

Desde 2001 até março de 2003, todos os movimentos golpistas de oposição a Chávez são derrotados pela ação das massas, sendo a última e de maior representatividade o contra-ataque ao *paro* petroleiro na PDVSA. As massas haviam qualificado muito a forma de organização com a prática; o controle operário e popular continuava na refinaria de Puerto La Cruz sem que a gerência oficial pudesse reassumir a direção.

É aí que Chávez entra em cena para desmontar o controle operário, afinal, era-lhe conveniente o apoio das massas, mas sob o controle dele, e não de organismos de luta inde-

pendentes, da própria classe. Diante desse impasse, em primeiro momento, para cooptar as lideranças, ele condecora as principais direções dos petroleiros da refinaria com medalhas de honra em um grande evento, oferece cargos de alto escalão em Caracas. Isso não surte o efeito esperado imediato; inicia-se, paralelo à política de cooptação, processo de repressão para que entreguem a refinaria ao controle da diretoria escolhida desde Caracas. Com isso, em cerca de um ano, o controle operário, pelo aliciamento ou violência, sem apoio popular⁴, é extinto definitivamente da refinaria.

Nesse contexto, Chávez não deixa dúvidas de que o movimento bolivariano, de fato, só tem a libertação da classe trabalhadora como retórica oportunista para canalizar as demandas sociais já postas. Defendia moralização do país contra a corrupção, benefícios sociais aos mais pobres, mas desde que todos os meios de produção continuassem nas mãos da burguesia. Isso não poderia ser diferente, uma vez que o movimento bolivariano surge nos quarteis, em meados dos anos de 1970, tendo na baixa e mediana oficialidade seus principais quadros; tem sua origem na pequena burguesia e classe média. Assim, era umbilicalmente comprometido com seus pares; logo, jamais poderia ser socialista, como, por diversas vezes, deu provas.

7 Nem movimento bolivariano, nem imperialismo: terceira via da classe trabalhadora

O debate sobre a Venezuela é massivamente posto como maniqueísta, em que, de um lado, tem-se o mal representado pelo imperialismo, a saber Estados Unidos e aliados, de outro, o oponente movimento bolivariano de Chávez, grande herói contemporâneo da pilhada América Latina. Essa é a convicção de grande parte da esquerda mundial. Em outra perspectiva, essa relação se inverte: Trump e companhia são os redutores do povo venezuelano, exportando democracia e civilização, enquanto o “socialismo” chavista é sinônimo de atraso e barbárie. Isso é reproduzido midiaticamente, em todo o globo, e tem impactante adesão social. No entanto, como se demonstrou aqui, a história, revisitada pelo materialismo histórico, desfaz essas ideologias: nem EUA – atualmente representado por Guaidó – é a tábua de salvação, nem o movimento bolivariano – herdado por Maduro – é socialista. A chave para se compreender essa ambiguidade começa com o *Caracazo*, em 1989. Esse evento, mais que marco da ruptura de uma antiga era na Venezuela, foi referência para os acontecimentos que levaram à situação revolucionária de 2002, marco da contemporaneidade daquele país. No entanto, em-

⁴ Chávez, em rede nacional, por meio do “Alô, Presidente”, incita a população contra os trabalhadores petroleiros da refinaria de Puerto La Cruz que ainda aderiam ao movimento de controle operário, culpando-os pelos prejuízos econômicos; de heróis, passaram a rebeldes, malfeitores da sociedade.

bora grandiosa ascensão das massas nesse processo, não houve organismo de classe independente; ao contrário, a rebeldia foi canalizada pela burocracia. Ademais, é neste íterim que, com um pouco de sorte, grande astúcia, oportunismo e determinação, Chávez consolida sua hegemonia política, sendo identificado como o novo pelo movimento popular que sacudia a Venezuela.

De fato, a burguesia tradicional, como já visto, opôs-se radicalmente à eleição de Chávez desde 1998 e, por três vezes, deu golpes, todos derrotados pelo aguerrido movimento de massas, de populares e trabalhadores. Essa resistência a Chávez é ponto central para compreender a ascensão dele. Embora arriscado, foi providencial, e Chávez soube tirar proveito da oportunidade histórica. Isso porque o movimento dos trabalhadores, que já se organizava contra a reestruturação neoliberal da PDVSA promovida pelo bolivariano, foi direcionado para o contra-ataque aos golpes. Ocorre que essa atuação que deveria ser momentânea, devido às direções burocratizadas, passou a ser o horizonte de luta dos movimentos sociais e operários e até hoje põe a perder as lutas.

Nesse sentido, a ira da burguesia tradicional tinha como base a disputa pelo poder interclasse, interburguesa, somada à instabilidade do retorno dos coronéis. Ademais, Chávez sequer planejou a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora, planificação da economia, estatização do comércio exterior, estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores e democracia operária, pilares da transição socialista; ao contrário, sabotou desde adentro o controle operário da produção na refinaria de Puerto La Cruz, reprimiu violentamente os movimentos, implementou política de reestruturação neoliberal e ainda foi complacente com os golpistas.

Dito isso, conclui-se que não se encontra personalidade tão nefasta para a classe trabalhadora e os setores populares venezuelanos quanto Hugo Chávez, juntamente com o herdeiro do movimento bolivariano, Nicolás Maduro. Essas figuras, arrotando a revolução socialista, realizaram, por mais de uma vez, a contrarrevolução mais ardilosa da América deste século XXI. Como se viu, existe um abismo entre o discurso socialista e a realidade de práticas neoliberais. Isso, de um lado, dá força ao retorno da direita tradicional, como é o caso do golpista Guaidó; por outro, confunde a esquerda e os movimentos com disposição de luta bem-intencionados e desmoraliza as massas.

Por conseguinte, o que se tem nos dias de hoje não é ataque do imperialismo ao socialismo, como faz crer grande parte da esquerda; a ambiguidade desse processo tem como cerne a disputa com o imperialismo por certo grau de ingerência doméstica, mas essencialmente é capitalista. É essa bandeira equivocada que lava de miséria e sangue a Venezuela, é a disputa

de sempre entre esses setores burgueses oportunistas, que têm trabalhadores e populares nas trincheiras como se lutassem em causa própria.

Hodiernamente, a Venezuela enfrenta a sua pior crise desde o fim da última ditadura em 1958 – isso para não retroagir desde a independência nacional –. O país enfrenta, desde 2017, a maior crise alimentar, fome assoladora, em média, as pessoas perderam 15 quilos – enquanto isso, Maduro e seu *staff* continuam com a mesma silhueta –; êxodo já passa de 2.500.000 pessoas, em uma população de 29 milhões, que fogem da fome, dos desmandos daquele governo e dos estrangulamentos econômicos internacionais; inflação na casa dos 1.700.000%...

Embora Maduro tenha ganhado as eleições para mandato até 2025, a grande abstenção nas urnas, falta de apoio popular nas principais aglomerações urbanas, como Petare, Catia Mayor e 23 de Enero, em Caracas, fraturas nas Forças Armadas são sintomas de decadência. Não bastasse o cenário já caótico, para endossar as sabotagens econômicas internacionais, com fito de derrubar Maduro, Trump, a maioria do Grupo de Lima e governos europeus, durante o encontro do Fórum Social Mundial, acordaram intervenção na Venezuela. Como bom capataz, em 23 de janeiro de 2019, Juan Guaidó, do partido burguês Vontade Popular, presidente da câmara dos deputados, se autoproclamou presidente da Venezuela em ato em Caracas. No mesmo instante, 13 países o reconheceram como presidente da Venezuela. Logo em seguida, os EUA trancaram ativos da PDVSA e os colocaram à disposição de Guaidó, além de Trump ameaçar invasão militar naquele país. Uma verdadeira cama de gato está armada!

Diante dessa correlação de forças, Maduro está na defensiva; os dias passam e não conseguiu prender Guaidó, que faz suas atividades como também presidente do país. No momento, a grande bandeira mundial desse governo golpista é possibilitar a entrada no país de “ajuda humanitária” pelos países fronteiriços, seus aliados, Brasil e Colômbia. Em Roraima, estado brasileiro que faz fronteira com o município venezuelano de Santa Elena, dois caminhões aguardavam liberação para abastecer uma população de 29 milhões. Isso só corrobora se tratar de tática golpista para criar um alibi para intervenção mais efetiva – é a história não só se repetindo, mas andando em ciclo.

Em meio a essa guerra, sucumbem pela miséria e pela violência trabalhadores e pobres, que são levados a se colocarem do lado do Movimento bolivariano ou de Guaidó, as duas “únicas” alternativas possíveis. A mídia demoniza Maduro, posto como insensível à fome do próprio povo, afinal seria só comida, remédio. No entanto, não precisa ir longe para reconhecer a velha tática estadunidense da “ajuda humanitária”; essa “intervenção amiga” visa, além da redução de custos para os patronos e beneficiários das medidas neoliberais que

visam implementar, a criar falsa percepção de autonomia; ao invés de deslocarem canhões, aeronaves para o combate, fazem surgir na própria sociedade o sentido da “teoria da falta”, seguida da legitimação desse novo ciclo de pilhagem.

Embora enfraquecido, Maduro já tem prova da fidelidade da principal instituição que o ampara, ademais dos remanescentes dos círculos bolivarianos. No outro campo, também se arma resistência. O cenário está preparado para embate violento, tendo em vista a disposição histórica desse povo para a luta, das mais sangrentas. As Forças Armadas e Policiais vão fazer o que sempre fizeram na Venezuela: reprimir violentamente o povo para trazer sustentabilidade para o governo opressor da ora, que bem entenderem legítimo. – Aliás, hipocrisia aparte, é preciso lembrar que quando mais se matou, durante o *Caracazo*, foi para defender um governo de coalizão democrática e no golpe de 2002 contra Chávez, também patrocinada pelos EUA; o massacre de milhares de pessoas nunca foi problema ético para os “humanitários” em questão.

Nesse contexto, Guaidó, fantoche dos intervencionistas, não tem chancela para melhorar as condições de vida dos venezuelanos, mas para implementar as políticas estruturais de privatização de serviços e empresas públicas, tendo a PDVSA como carro-chefe. Isso o demonstra a história das *veias abertas* da América Latina – para se utilizar da feliz expressão de Galeano. Na própria Venezuela, os golpes que se deram, nenhum melhorou tais condições, e tão logo assumiram o poder, utilizaram-se da repressão estatal para abrir fogo contra as massas. Ademais, também não “aperfeiçoaram” a democracia, ao contrário, a exemplo daquele 11 de abril de 2002, em que Carmona, imediatamente, lançou decreto draconiano com 11 pontos, entre os quais, fechamento do Congresso venezuelano, direito de cassar governadores, prefeitos e vereadores, cassação de todos os juízes do Tribunal Superior de Justiça, entre outros.

Dito isso, primeiramente, é preciso rechaçar a intervenção dos EUA na Venezuela personificada em Guaidó, sabidamente para controlar hegemonicamente o petróleo. Nesse sentido, isso sim é um golpe contra o Governo de Nicolás Maduro, o que deve ser extirpado. Por outro lado, embora tomem postos, circunstancialmente, nas trincheiras em oposição a Guaidó, é necessário que os próprios trabalhadores criem seu campo de luta independente, para derrotarem também Maduro.

Esta terceira via tem que voltar a ser horizonte para a classe trabalhadora: a possibilidade de transformação radical da sociedade, com o fim da exploração; essa é a única forma de libertar-nos a todos. Isso, apesar do movimento bolivariano, já é embrionário na Venezuela, com grupo de sindicatos que formaram a *Intersectorial de Trabajadores de Venezuela*, movimento que visa organizar os trabalhadores para impulsionar suas lutas e encontrar, no seio

da classe, saída para a crise por qual passa aquele país. Sem essa independência de classe e a construção de organismos políticos próprios, a luta será novamente presa fácil da burguesia ou de outros salvadores da pátria quaisquer.

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA, Tomás Polanco. **Juan Vicente Gómez: Aproximación a una biografía**. Barcelona: Morales i Torres Editores, S. L. 1ª Edición Española y 10ª Edición Venezolana, 2004.

COLMENAREZ, Elio. **La insurrección de febrero**. Caracas: Ediciones la Chispa, 1989.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. **A face oculta da Venezuela: do controle operário da produção à hegemonia de Chávez**. SP: ILAESE, 2015.

GOMES, Américo; ITURBE, Alejandro; WELL, Joseph; NETO, César. Dossiê Venezuela. **Marxismo Vivo**. Revista de política e Teoria Internacional. SP: Instituto José Luís e Rosa Sundermann. n.10, 2004. pp. 57-93.

HERNÁNDEZ, Pablo. **El verdadero golpe de PDVSA**. Maracaibo/Venezuela: Imprenta Internacional, julio de 2006.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: Texto 3 edições sociais. SP: Alfa-ômega, s/d. pp.199-285.

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem: quando o Estado de Direito é ilegal**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MAYA, Margarita López. **Del viernes negro al referendo revocatorio**. Venezuela-Panamá: Alfadil Ediciones, 2005.

GEORGE, Novack. **As origens do materialismo**. SP: Sundermann, 2015.

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. **O papel do indivíduo na história**. SP: Expressão popular, 3ª reimpressão, 2006.

ROSA, Flávia Bischain. **O movimento operário na Venezuela do século XXI: dilemas da reorganização sob o governo Chávez**. SP: Sundermann, 2014.